



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

Conselho Editorial

Presidente

Luciano do Nascimento Silva

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

Danielle Correia Gomes

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A772 Arquivologia: história, tipologias e práticas profissionais [Livro eletrônico]. Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva (Organizadoras). Campina Grande: EDUEPB, 2017. 4750 kb. 396 p.: il. (Coleção Diálogos Arquivísticos).

Modo de acesso: Word Wide Web <http://www.uepb.edu.br/ebooks/>

ISBN 978-85-7879-438-5

ISBN EBOOK 978-85-7879-439-2

1. Arquivos e arquivologia. 2. História. 3. Projeto SESA. 4. Mobilidade digital. 5. Arquivos e bibliotecas. I. Santos, Eliete Correia dos. II. Carvalho, Ediane Toscano Galdino de. III. Silva, Alzira Karla Araújo. IV. Título.

21. ed. CDD 027



Editora filiada a **ABEU**

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB

CEP 58429-500 | Fone/Fax: (83) 3315-3381

<http://eduepb.uepb.edu.br> | email: eduepb@uepb.edu.br

Eliete Correia dos Santos
Alzira Karla Araújo da Silva
Ediane Toscano Galdino de Carvalho

Organizadoras

ARQUIVOLOGIA

HISTÓRIA · TIPOLOGIAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS



Campina Grande-PB

2017

A importância do estudo orgânico-funcional na investigação arquivística: o caso da Administração da Universidade de Coimbra

Liliana Isabel Esteves Gomes

Pressupostos teóricos e metodológicos

Os arquivos surgiram fruto de um processo natural, tendo os registos escritos dominado a materialização da memória individual e coletiva, durante milénios. As origens dos arquivos parecem confundir-se com o nascimento da própria escrita, em resultado da necessidade de o Homem das antigas civilizações pré-clássicas do Médio Oriente registar e comunicar os seus atos, sentimentos e conhecimentos. “The earliest physical evidence of repositories of clay tablets in the Near East suggests that documents were created, collected, and stored to serve pragmatic purposes” (HEDSTROM; KING, 2004, p. [12]). Portanto, as descobertas arqueológicas permitiram identificar, em Nippur, Lagash, Nimrud, Elba, Mari, Ninive, Ugarit, etc., alguns dos mais

diversos vestígios, em diferentes suportes (tabuinhas/placas de argila, papiro, entre outros), das atividades do ser humano⁴⁶.

A prática arquivística, mesmo mantendo o seu cariz empírico-pragmático, foi-se tornando cada vez mais complexa à medida que as sociedades evoluíram e as necessidades dos produtores e consumidores da informação assim o exigiram.

No século XVI⁴⁷ surgem os Arquivos de Estado⁴⁸ e, já na Época Contemporânea, após a Revolução Francesa (1789) os Arquivos da Nação⁴⁹.

Sobre a constituição da Arquivística como disciplina científica regista-se uma relação inicial próxima da Paleografia e da Diplomática. Paul Otlet, na sua obra “*Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*”, refere: “*La ciencia de los archivos, creada por Mabillon⁵⁰ con el nombre de diplomática no ha dejado desarrollarse*”. (OTLET, 1996, p. 348).

As principais linhas de força que prepararam a viragem essencial nesta disciplina recente⁵¹ emergiram na sequência da

46 “The origins of libraries and archives are intertwined with the emergence of writing, the development of commerce and accounting, the establishment of the rule of law, and the genesis of scholarly discourse. [...] Records commonly found in ancient archives include the laws of the land, evidence of administrative transactions, financial and accounting records, and documents that enforced ownership and control over property and people, reflecting constants in records creation regardless of the nature of governmental, religious, and economic institutions” (HEDSTROM; KING, 2004, p. [12]).

47 De que é exemplo a criação do *Archivo de Simancas* em 1540, em Espanha.

48 Esta noção já existia na Antiguidade Clássica; o conceito de Estado e a sua organização foram naturalmente sofrendo modificações ao longo dos séculos.

49 De que é exemplo a criação dos *Archives Nationales* de França, com a Lei de 7 Messidor. O arquivo central do Estado passa a ser entendido como o Arquivo da Nação.

50 Referência à obra “*De re Diplomatica*” (1681), de Jean Mabillon, monge beneditino, erudito e historiador francês, considerado o fundador da Paleografia e da Diplomática (disciplinas auxiliares da História).

51 Sobre o período que medeia entre o século XVI e meados do século XIX pode

Revolução Francesa. A uma Arquivística de pendor auxiliar do trabalho historiográfico, no seio da História metódico-erudita e positivista, sucedeu uma disciplina técnica (voltada para a resolução de problemas teórico-práticos dos arquivos administrativos e definitivos), em finais do século XIX, mais precisamente em 1898, após a publicação de um manual técnico de arquivistas holandeses. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898).

A Arquivística vai ser definida por Theodore R. Schellenberg (1958) como a ciência “que trata de los archivos, de su conservación, administración, clasificación, ordenación, interpretación, etc.; [assim como] de las colecciones de documentos que en los archivos se conservan como fuente para su conocimiento ulterior y servicio público”. Uma definição mais atualizada é apresentada por Fuster Ruiz (1999, p.117):

Archivística es la ciencia que se ocupa de los archivos en sus aspectos teóricos y prácticos, estableciendo principios inalterables y estudiando técnicas adecuadas de gestión de documentos, administración y tratamiento técnico de archivos, así como la función jurídica, administrativa y científica de los mismos, desde un punto de vista archivístico o de ciencias y técnicas diversas, y su relación con las entidades productoras de los conjuntos orgánicos de documentos, a fin de manejar y hacer accesible la información de los fondos documentales.

Nestas definições, adota-se, de forma natural, a conceção da Arquivística como ciência, aceção que toma forma no século XIX e que teve como importante ponto de partida a

consultar-se Bautier (1968, p. 139-150).

obra dos holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin (1898) – “Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven”.

No entanto, a concepção arquivística tradicional e ainda hoje de certo modo dominante, herdeira da matriz francesa, que configura o paradigma histórico-tecnista, custodial, patrimonialista, caracteriza-se, em traços gerais, pelos seguintes aspetos⁵²: Existência de arquivos históricos, concebidos para conservar e possibilitar o acesso à documentação, essencialmente de caráter patrimonial, enquanto fonte para a historiografia; Fundamentação teórica assente na noção oitocentista de fundo⁵³, considerado como o objeto da disciplina, ou seja, como sinónimo de arquivo; Adoção de princípios baseados na evidência e no pragmatismo, como o “princípio do respeito pelos fundos” ou “princípio da proveniência” e o “princípio da ordem original”; Valorização da componente técnica e enfatização da normalização; Entendimento do documento como objeto material constitutivo do arquivo.

A partir dos alvares do século XX, a evolução histórica, político-administrativa, cultural, socioeconómica e tecnológica trouxe mudanças significativas que acentuaram a vertente técnica da Arquivística.

52 Para uma perspetiva mais desenvolvida das características do paradigma histórico-tecnista pode consultar-se Ribeiro (2002a, p. 98-101).

53 De modo a compreendermos a formalização do conceito através do termo “fundo”, ocorrida no século XIX, bem como a formulação do “princípio de respeito pelos fundos” de forma explícita, deve-se recuar até ao século XVII e aos contributos de Thomas Powell (1622) e Nicolò Giussani (1684). Adolf Brenneke considera que a formulação do “princípio de respeito pelos fundos”, em 1841, não foi histórica e orgânica, mas sim mecânica. Elio Lodolini refere que o princípio da proveniência foi pela 1.ª vez aplicado na Dinamarca, em 1791. Antonia Herredia Herrera afirma que, em Espanha, já se aplicava o “respeito pela origem e ordem natural” desde tempos anteriores ao século XIX (Silva et al., 1999). Michel Duchein e a moderna escola canadiana procuraram adaptar o conceito a novas realidades e dar-lhe novos contornos que lhe assegurassem a sobrevivência. Veja-se a este propósito os trabalhos de Duchein (1998, p. 87-100) e de Eastwood (1992).

O aparecimento de novos suportes, o crescimento exponencial da produção informacional e das consequentes massas documentais acumuladas, em particular a partir do período que medeia entre as duas guerras mundiais, intensificaram esta vertente, tendo surgido paralelamente aos arquivos históricos os arquivos correntes das administrações, onde os gestores, *records managers*, passam a desenvolver uma atividade profissional pragmática e eficaz na gestão dos documentos. No pós-guerra, afirmam-se dois conceitos - o de *record group* (estabelecido em 1941, no *National Archives* de Washington, como adaptação americana do princípio da proveniência que possibilitou uma flexibilidade na organização dos documentos produzidos por diferentes entidades) e o de *records management* (intervenção na gestão de documentos na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos que passam a desenvolver uma atividade profissional pragmática e eficaz na gestão dos documentos correntes). (PINKETT, 1981, p. 219-222).

Após a 2ª Guerra Mundial, a evolução social, económica e tecnológica (BELL, 1977) das últimas décadas transformou a sociedade industrial em *Sociedade de Informação* (CASTELLS, 2002-2003), com novos desafios e problemas ainda mais complexos para os profissionais dos arquivos. (SILVA *et al.*, 1999, p. 129-185).

Tal como afirma Ribeiro (2002b, p.13):

O paradigma histórico-tecnicista e custodial evidencia, sobretudo desde a década de oitenta do século XX, sintomas de nítida crise por efeito óbvio da génese e do desenvolvimento da Sociedade da Informação, que o sociólogo David Lyon considera ser algo mais do que *um pós-industrialismo reciclado* pelo impacte sócio-económico e cultural das novas tecnologias da informação (micro-electrónica e informática).

Essencialmente devido ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação ao longo do século XX, tal paradigma deu lugar a outro em torno da “noção operativa de informação” (SILVA, 2002, p. 573), com as seguintes características:

- a. a valorização da informação;
- b. o dinamismo informacional em oposição ao imobilismo documental;
- c. os modelos teórico/científicos em oposição a um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer (ARAÚJO, 2010, pp. 184-185).

A escola canadiana de Carol Couture e Jean-Yves Rousseau (1998), a perspectiva de Terry Cook (1992) face a novos critérios para a avaliação da informação, e as investigações conduzidas por Terry Eastwood, Luciana Duranti (1995) e Heather McNeil (1996), no sentido de validação e preservação do contexto de produção dos documentos eletrônicos, são exemplos ilustrativos da mudança que se verifica no quadro da *Sociedade de Informação, em Rede*. (CASTELLS, 2002-2003).

No confronto entre o paradigma documental, técnico e custodial clássico e o paradigma científico e pós-custodial⁵⁴ emergente, a Arquivística configura-se atualmente como disciplina aplicada ou ramo específico da CI “que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-) fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente”. (SILVA *et al.*, 1999, p. 214).

Como refere Fuster Ruiz (1999, p. 109): “*La palabra archivo generalmente tiene tres acepciones: como contenido documental, como institución y como continente o lugar de conservación.*”

54 Para uma caracterização aprofundada do paradigma científico-informacional ver Ribeiro (2001, p. 295-310).

De facto, a criação de um léxico específico, que se constitua como fiel tradutor dos conceitos e das práticas inerentes à própria Arquivística, não tem sido fácil de concretizar. Este assunto recebeu a atenção do Conselho Internacional de Arquivos ou *International Council on Archives* (ICA), criado em 1948, e a partir da década de 50 regista-se um surto assinalável de publicações relativas à terminologia. Não cabendo aqui enunciar todos os dicionários vindos a público nos diversos países⁵⁵, assinala-se a polissemia do conceito arquivo identificada.

Para Silva *et al.* (1999) e Silva (2006) não se deve confundir Serviço de Arquivo (departamento orgânico de uma entidade/instituição) com Arquivo (sistema de informação), pois o conceito tem duas acepções:

1. serviço criado organicamente numa determinada entidade e/ou instituição cultural (Arquivo de âmbito nacional, distrital ou municipal, público ou privado) destinada a incorporar e tornar acessível informação produzida/recebida por terceiros (SILVA, 2006, p. 137)
2. sistema (semi-)fechado de informação social⁵⁶ materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se

55 A partir dos anos 50 do século XX, identificam-se publicações relativas a terminologia arquivística em língua alemã, inglesa, francesa e nas de raiz eslava. Destaca-se, a partir dos anos 60: “Elsevier’s lexicon of archival terminology” (1964); “Dictionary of archival terminology: english and french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish” (ICA, 1984); “Vocabulaire des archives: archivistique et diplomatique contemporaine” (1987); “Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira” (1989); “Diccionario de terminología archivística” (1993); “Dicionário de terminologia arquivística” (1993).

56 Documentação/informação produzida/recebida e acumulada, por uma entidade (ativa ou desativada) no decurso da sua atividade.

associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores. (SILVA *et al.*, 1999, p. 214).

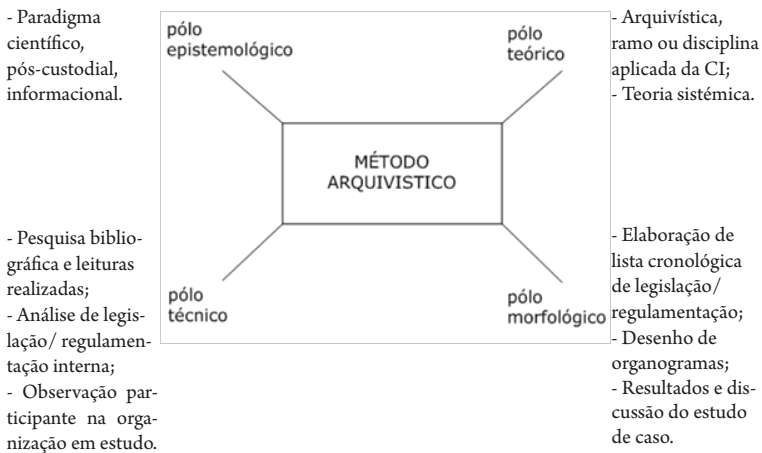
Nesta perspectiva, que se perfilha, o arquivo já não é encarado como uma entidade dual, composta por documentos produzidos organicamente e por instituições ou serviços que recebem, organizam, conservam e divulgam esses documentos. Portanto, para haver conhecimento arquivístico, o objeto da Arquivística não é a mera soma de fundo (conjunto orgânico de documentos) mais serviço (instituição ou serviço responsável), mas apenas, isso sim, uma unidade integral e aberta ao contexto dinâmico e histórico que lhe está subjacente, é o arquivo total, “sin distinción entre la vocación administrativa e histórica”. (FUSTER RUIZ, 1999, p. 117).

Perante um conhecimento que está longe de ser unidimensional ou desprovido de variáveis, que não pode ser reduzido a meros procedimentos padronizados e que abarca toda a realidade arquivística, adotámos, como se disse acima, o método de investigação quadripolar. (DE BRUYNE *et al.*, 1974; SILVA; RIBEIRO, 2002; SILVA, 2013).

Segundo este método, a investigação deve cumprir-se num projeto e reiniciar-se, corrigir-se e superar-se no seguinte, de forma interativa e aberta entre os quatro polos de análise: o da problematização científica (epistemológico), o dos princípios (teórico), o da abordagem operacional (técnico), e o da forma (morfológico), que interagem em todas as fases do trabalho. Estes quatro polos, conectados dinâmica e coeentemente, permitem a compreensão geral do objeto. Para avançarmos em segurança, o ponto de partida deve ser a formulação teórica. Entre os polos técnico e teórico há uma forte relação, que passa pela enunciação e validação constantes, próprias de um processo construtivo. Todo o desenvolvimento está alicerçado num paradigma superior que, à medida que vão surgindo os resultados de aplicação do método, vai evoluindo

numa reconstituição permanente do seu objeto de estudo. Todas estas relações entre os polos do método e os produtos da sua existência só são visíveis através da materialização que ocorre no polo morfológico.

Figura 1 - Esquema da metodologia quadripolar de investigação aplicada



No campo da Informação, é facilmente verificável que as abordagens sistêmicas têm tido uma significativa preferência por parte de vários autores, particularmente no domínio da Biblioteconomia (MOLINA CAMPOS, 1995) e também no da Arquivística (ARÉVALO JORDAN, 1987; JARDIM, 1995; SILVA *et al.*, 1999).

Este quadro/visão determina que os arquivos pressuponham, por isso, sempre a aplicação da teoria sistêmica (BERTALANFFY, 1973, 1979; MELLA, 1997), que traveje a definição acima exposta e nos leve a assumir como inevitável que o estudo de qualquer arquivo só possa ser feito em termos orgânicos e funcionais.

O desenvolvimento do estudo orgânico e funcional

Com base nos pressupostos científicos e metodológicos genericamente expostos, foi desenvolvido um projeto de investigação aplicado ao arquivo da Administração da UC (1911-2011). Em face da dimensão e complexidade do estudo de caso levado a cabo (GOMES, 2012), procuramos agora relevar a análise sobre o desenvolvimento orgânico e funcional da entidade produtora, teoricamente justificado pela própria definição de arquivo antes enunciada.

O modelo de análise arquivística explicitado, passível de aplicação no tratamento de qualquer arquivo, já havia sido trilhado antes noutras investigações, destacando-se: o estudo orgânico-funcional da Universidade do Porto (RIBEIRO; FERNANDES, 2001), o estudo de um sistema de informação municipal (PINTO, 2003) e o estudo de um arquivo empresarial (FERNANDES, 2004).

Infere-se, pois, que a análise orgânica e funcional permite apreender a organicidade do sistema de informação arquivo, torna também inteligível a função serviço/uso assumindo-se, por isso, como uma etapa essencial e indispensável num estudo desta natureza.

Para procedermos à análise diacrónica da estrutura organizacional em estudo (Administração da UC), efetuámos um levantamento bibliográfico e compilámos os textos legislativos e regulamentares que enquadram a respetiva evolução orgânica e funcional. Tendo também como objetivo a futura integração das séries e documentos no seu contexto de produção, foram analisados os diplomas legais que definem as atribuições e as competências dos sectores orgânicos geradores de informação ao longo do tempo.

A análise de tais diplomas e textos permitem-nos compreender as mudanças/vicissitudes e os desenvolvimentos da

entidade, servindo igualmente de suporte para o conhecimento, o mais rigoroso possível, da complexidade da estrutura orgânica e das suas funções. Ficamos, assim, a conhecer o que, por lei, é cometido aos vários sectores orgânicos, e identificamos os momentos em que se foram consumando todas as variações orgânicas e funcionais particularmente significativas e com impacto no sistema organizacional.

Resultados e discussão do estudo de caso

Os resultados do estudo orgânico e funcional concretizado (GOMES, 2012) permitem apresentar os seguintes resultados de investigação:

1. Lista de referências dos diplomas legislativos e textos regulamentares compilados;
2. Descrição da evolução orgânica e funcional da Administração da UC;
3. Organogramas representativos da evolução diacrónica da estrutura orgânica.

Lista de referências legislativas e regulamentares

A lista de referências legislativas e regulamentares foi completada com excertos do articulado legal para o período cronológico que corresponde à data de início deste estudo, 1911, e o ano 1952, data de promulgação do *Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades* – Decreto n.º 39.001, de 20 de novembro 1952, de modo a mostrar o que, por lei, é cometido aos vários sectores orgânicos, e a tornar perceptível a evolução e as mudanças ocorridas, ao longo do tempo, da estrutura complexa que hoje conhecemos, sem necessidade de consulta de toda a legislação na fonte.

Segue-se a referida lista relativa ao período em estudo, sem esquecer a indicação dos diplomas que, já no ano 2012 e posteriormente⁵⁷, alteraram a estrutura orgânica da Administração da UC.

- 1911.04.19 – **Decreto** / Ministério do Interior. Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. 2ª Repartição.

Promulgação da Constituição Universitária.

Colecção oficial de legislação portuguesa. Lisboa. (1911)
688-693.

[...] «Da Secretaria e Tesouraria

Art. 85.º Cada Universidade tem uma Secretaria e uma Tesouraria, respectivamente dirigidas pelo Secretario e Tesoureiro, com o quadro de pessoal que será futuramente fixado.

Art. 86.º O Secretario e Tesoureiro estão sob a autoridade imediata do Reitor.»

1911.08.19 – **Decreto** / Ministério do Interior. Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial.

57 Posteriormente registamos as seguintes alterações legislativas/regulamentares no caso de estudo: Regulamento n.º 423/2009, de 27 de outubro, alterado pelo Despacho n.º 10570/2012, de 6 de agosto, pelo Despacho n.º 6520/2013, de 20 de maio, pelo Despacho n.º 16419/2013, de 18 de dezembro e pelo Despacho n.º 4760/2014, de 2 de abril; Regulamento n.º 4/2011, 5 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 10571/2012, de 6 de agosto, pelo Despacho n.º 6521/2013, de 20 de maio, pelo Despacho n.º 16420/2013, de 18 de dezembro e pelo Despacho n.º 4761/2014, de 2 de abril.

Aprovação do Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades.

Coleção oficial de legislação portuguesa. Lisboa. (1911)
1.630-1.634.

[...] «*Da Secretaria Geral*

2.º - Das Repartições da Secretaria

Art. 5.º A Secretaria Geral da Universidade divide-se em duas Repartições:

1.ª Do expediente literário;

2.ª Da contabilidade.»

- 1918.07.06 – **Decreto n.º 4.554** / Secretaria de Estado de Instrução Pública. Repartição de Instrução Universitária.

Promulgação do Estatuto Universitário.

Coleção oficial de legislação portuguesa. Lisboa. (2.º sem. 1918) 42-50.

[...] «**Capítulo VIII**

Disposições diversas

Art. 102.º Cada Universidade tem uma Secretaria Geral e uma Tesouraria, as quais estão sob a autoridade imediata do Reitor.»

- 1926.10.02 – **Decreto n.º 12.426** / Ministério da Instrução Pública. Direção-Geral do Ensino Superior.
Promulgação de revisão do Estatuto da Instrução Universitária.

Diário do Governo. Iª série. Lisboa. 220 (2 Out. 1926)
1.469-1.478.

Diário do Governo. Iª série. Lisboa. 256 (16 Nov. 1926)
1.883.

[...] Art. 15.º Cada Universidade tem uma secretaria geral com duas repartições.

- 1926.10.14 – **Decreto n.º 12.492** / Ministério da Instrução Pública. Direção-Geral do Ensino Superior.

Regulamentação da organização dos serviços administrativos das universidades.

Diário do Governo. Iª série. Lisboa 229 (14 Out. 1926)
1.552-1.559.

Diário do Governo. Iª série. Lisboa 256 (16 Nov. 1926)
1.883-1.884.

[...] «Art. 7º O reitor dirige superiormente todos os serviços administrativos das Universidades por intermédio da Secretaria Geral e suas repartições” (...)

Art. 8º Os dois chefes de repartição que fazem parte das secretarias gerais dirigem um a repartição do expediente geral da Universidade e o outro a dos serviços de contabilidade, pertencendo ao mais antigo a substituição do secretário geral nos seus impedimentos legais.»

- 1930.07.27 – **Decreto n.º 18.717** / Ministério da Instrução Pública. Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Promulgação do Estatuto da Instrução Universitária.

Diário do Governo. Iª série. Lisboa. 178 (2 Ago. 1930)
1.576-1.586.

[...] «Art. 11º O secretário geral da Universidade superintende em todo o serviço da Secretaria Geral da Universidade, e é por ela responsável, perante o respectivo reitor.

Compete ao secretário geral:

1. Dirigir a execução do expediente da Universidade;
 2. Assistir, como secretário, às reuniões da assembleia geral da Universidade e do Senado e a todos os demais atos a que por lei preside o reitor;
 3. Nas Universidades de Lisboa e Porto superintende no arquivo, velando pela sua boa conservação e manutenção.»
- 1952.03.21 – **Decreto-Lei n.º 38.692** / Ministério da Educação Nacional. Direção do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Concessão de autonomia administrativa às universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, reorganização dos serviços das suas secretarias e constituição de um quadro único com o respetivo pessoal administrativo, à exceção dos secretários e dos datilógrafos, para efeitos de ingresso, transferência e promoção.

Diário do Governo. Iª série. Lisboa. 65 (21 Mar. 1952) 439-442.

1952.11.20 – **Decreto n.º 39.001** / Ministério da Educação Nacional. Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Promulgação do Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades de Coimbra, Lisboa e do Porto.

Diário do Governo. Iª série. Lisboa. 261 (20 Nov. 1952)
1.154-1.162.

[...] «Secretarias das Universidades. Organização dos serviços

Art. 18.º As secretarias das Universidades, que funcionam sob a direção e responsabilidade do respectivo secretário, compreendem dois serviços – expediente geral e contabilidade -, cada um dos quais está sob a imediata chefia de um primeiro-oficial.

Tesourarias das Universidades

Art. 48.º O serviço de tesouraria é nas Universidades exercido pelo respectivo tesoureiro, sob a fiscalização do conselho administrativo.»

- 1973.07.25 – **Decreto-Lei n.º 380/73** / Ministério da Educação Nacional. Direção-Geral do Ensino Superior.

Criação de uma assessoria jurídica em cada Universidade, destinada a prestar apoio aos respetivos órgãos de governo, bem como aos órgãos das faculdades, escolas ou institutos nela integrados.

Diário do Governo. Iª série. Lisboa. 173 (25 Jul. 1973) 1322.

- 1979.06.21 – **Decreto-Lei n.º 186/79** / Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação e Investigação Científica.

Criação de serviços de apoio técnico, designados por assessorias de planeamento, nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e na Universidade Técnica de Lisboa. Integração na estrutura administrativa da universidade pelo Decreto-Lei n.º 536/79, de 31 de dezembro.

Diário da República. 1ª série. Lisboa. 141 (21 Jun. 1979) 1355-1356.

- 1979.12.31 – **Decreto-Lei n.º 536/79** / Ministério da Educação.

Promulgação de alterações orgânicas e administrativas nas universidades de Coimbra, de Lisboa, do Porto e Técnica de Lisboa e aumento dos respetivos quadros de pessoal.

Diário da República. 1ª série. Lisboa. 300 (31 Dez. 1979) 3.478-(215-227).

- 1980.05.13 – **Decreto-Lei n.º 118/80** / Ministério da Educação e Ciência.

Acrescenta o artigo 43.º-A ao Decreto-Lei n.º 536/79, de 31 de dezembro, relativo ao provimento nos lugares dos quadros anexos ao referido diploma.

Diário da República. 1ª série. Lisboa. 110 (13 Mai. 1980) 953.

- 1984.10.09 – **Decreto-Lei n.º 323/84** / Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação.

Amplia as competências atribuídas aos reitores das universidades e institutos universitários.

Diário da República. Iª série. Lisboa. 234 (9 Out. 1984)
3086-3087.

- 1988.09.24 – **Lei n.º 108/88** / Assembleia da República.

Autonomia das Universidades.

Diário da República. Iª série. Lisboa. 222 (24 Set. 1988)
3914-3919.

- 1989.07.28 – **Despacho Normativo n.º 79/89** / Ministério da Educação.

Homologação dos Estatutos da Universidade de Coimbra.

Diário da República. Iª série. Lisboa. 197 (28 Ago. 1989)
3618-3624.

- 1991.02.15 – **Deliberação do Senado aprovada em sessão de 5-02-91** / Universidade de Coimbra – Senado.

Reestruturação dos serviços centrais – pessoal dirigente.

Diário da República. IIª série. Lisboa. 38 (15 Fev. 1991)
1796.

- 1992.12.16 – **Deliberação do Senado n.º 36/92** / Universidade de Coimbra – Senado.

Reestruturação dos Serviços Centrais da Universidade de Coimbra.

Diário da República. IIª série. Lisboa. 23 (28 Jan. 1993) 1016-(60) -1016(63).

- 1998.06.04 – **Deliberação n.º 305/98** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

Criação do Serviço de Relações Internacionais da Reitoria da Universidade de Coimbra. (Deliberação do Senado n.º 44/97, de 3 de dezembro).

Diário da República. IIª série. Lisboa. 129 (4 Jun. 1998) 7741.

- 2003.08.16 – **Despacho n.º 15 949/2003** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

Regulamento dos serviços da estrutura central da Universidade de Coimbra.

Diário da República. IIª série. Lisboa. 188 (16 Ago. 2003) 12720-12730.

- 2004.06.16 – **Deliberação n.º 845/2004** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

Regulamento do Senado da Universidade de Coimbra (Deliberação n.º 12/2004, de 3 de março).

Diário da República. IIª série. Lisboa. 140 (16 Jun. 2004) 9123-9127.

- 2004.06.19 – **Despacho Normativo n.º 30/2004** / Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Homologação da primeira alteração aos Estatutos da Universidade de Coimbra.

Diário da República. Iª série B. Lisboa. 143 (19 Jun. 2004) 3769-3779.

- 2007.05.24 – **Despacho Reitoral n.º 39/2007** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

Transferência do serviço e competências respetivas de Apoio aos Estudantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da Divisão Técnico-Pedagógica para a Divisão de Relações Internacionais, Imagem e Comunicação.

Universidade de Coimbra – Reitoria. Coimbra. (24 de maio 2007).

- 2007.04.11 – **Deliberação do Senado n.º 15/2007** / Universidade de Coimbra - Senado.

Criação da Fundação Universidade de Coimbra e aprovação dos respetivos Estatutos.

- 2007.05.02 – **Deliberação do Senado n.º 30/2007** / Universidade de Coimbra - Senado.

Aprovação, na especialidade, dos Estatutos da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra (TAGV, Estádio, Auditório, Palácio de S. Marcos).

- 2007.09.10 – **Lei n.º 62/2007** / Assembleia da República.

Regime jurídico das instituições de ensino superior.

Diário da República. Iª série. Lisboa. 174 (10 Set. 2007)
6358-6389.

- 2007.12.06 – **Anúncio n.º 8227/2007** / Cartório Notarial.

Constituição da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra.

Diário da República. IIª série. Lisboa. 235 (06 Dez. 2007)
35110.

- 2007.12.21 – **Despacho n.º 29092/2007** / Presidência do Conselho de Ministros.

Reconhecimento da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra.

Diário da República. IIª série. Parte C. Lisboa. 246 (21 Dez. 2007) 36999.

- 2008.09.01 – **Despacho normativo n.º 43/2008** / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Homologação dos Estatutos da Universidade de Coimbra, após revisão e aprovação dos mesmos, de acordo com o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Diário da República. 2ª série. Lisboa. 168 (01 Set. 2008)
38329-38340.

- 2009.10.27 – **Regulamento n.º 423/2009** / Universidade de Coimbra – Reitoria.

Regulamento da Administração da Universidade.

Diário da República. 2ª série. Lisboa. 208 (27 Out. 2009)
43708-43713.

- 2010.10.20 – **Regulamento n.º 794/2010** /
Universidade de Coimbra – Reitoria.

Regulamento do serviço de Gestão do Edificado, Segurança, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho (GESASST) e do serviço de Gestão de Sistemas e Infra-Estruturas de Informação e Comunicação (GSIIIC) do Centro de Serviços Comuns da Administração da Universidade de Coimbra.

Diário da República. 2ª série. Lisboa. 204 (20 Out. 2010)
51967-51969.

- 2011.01.05 – **Regulamento n.º 4/2011** / Universidade
de Coimbra – Reitoria.

Regulamento do Centro de Serviços Comuns da Administração da Universidade de Coimbra.

Diário da República. 2ª série. Lisboa. 3 (05 Jan. 2011)
442-448.

- 2011.01.07 – **Regulamento n.º 11/2011** /
Universidade de Coimbra – Reitoria.

Regulamento dos cargos dirigentes da Universidade de Coimbra.

Diário da República. 2ª série. Lisboa. 5 (07 Jan. 2011)
1014-1015.

- 2012.08.06 – **Despacho n.º 10570/2012** /
Universidade de Coimbra – Reitoria.

Alteração ao Regulamento da Administração da Universidade de Coimbra, Regulamento n.º 423/2009, de 27 de Outubro.

Diário da República. 2ª série. Lisboa. 151 (06 Ago. 2012) 27480-27486.

- 2012.08.06 – **Despacho n.º 10571/2012/** Universidade de Coimbra – Reitoria.

Alteração ao Regulamento do Centro de Serviços Comuns da Administração da Universidade de Coimbra.

Diário da República. 2ª série. Lisboa. 151 (06 Ago. 2012) 27486-27494.

Descrição da evolução orgânica e funcional da administração da uc

Tendo presente a anterior lista de referências, identificámos legislação geral aplicável a todas as universidades portuguesas e, só posteriormente, reconhecemos existir regulamentação específica para a organização em estudo. Realçamos ainda a identificação de diplomas legais referentes a aspetos distintos da estrutura organizacional da Universidade, nomeadamente em três vertentes: a gestão ou governo da instituição, a estrutura e o funcionamento dos serviços, e a organização dos estudos e da investigação. Esta identificação confirma a multiplicidade de suportes legais em vigência simultânea.

No âmbito cronológico definido, é no *Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades*, datado de agosto de 1911, que encontramos definidas as competências e atividades dos serviços administrativos. A título exemplificativo,

podemos verificar que as funções académicas são atribuídas à Repartição do Expediente Literário (redação dos termos de matrícula, de inscrição e de exames, passagem de certidões, organização de pautas)⁵⁸, enquanto à Repartição de Contabilidade são cometidas funções diversificadas no âmbito da gestão orçamental e contabilística da Universidade e em matéria de pessoal. De acordo com este regulamento, «todos os livros, documentos e processos que não forem necessários para o serviço de expediente serão enviados para o Arquivo, a fim de serem convenientemente catalogados e arquivados»⁵⁹, pelo que nas Universidades de Lisboa e do Porto «guardar-se-ão no respectivo Arquivo todos os livros e documentos antigos». Em Coimbra, desde 1901, pelo Decreto n.º 4 de 24 de dezembro, o Arquivo era já uma repartição autónoma na Universidade.

A estrutura da Secretaria-Geral manteve-se estável ao longo do tempo, embora se tenham registado alterações na organização interna dos serviços, clarificando-se competências e distribuindo-se as atividades das respetivas subdivisões orgânicas.

A reforma de 1952 confirma a progressiva regulamentação da estrutura administrativa. É na Secretaria da Universidade que passam a estar concentradas as funções administrativas, pois, no dizer do próprio diploma, a centralização «permite alcançar a desejada uniformização e simplificação de processos, [...] susceptível de evitar perdas de tempo e inúteis incómodos aos alunos e público interessado»⁶⁰. Mantém-se a estrutura organizacional em vigor, continuando a existir dois serviços na Secretaria da Universidade: ao serviço de Expediente Geral

58 Art. 6.º do Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades (Decreto de 19 de agosto 1911).

59 Art. 9.º do Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades.

60 Decreto-Lei n.º 38.692, de 21 de março 1952.

estão cometidas funções exclusivamente acadêmicas e ao serviço de Contabilidade, funções na área da contabilidade e de pessoal.

O Decreto-Lei nº 536/79, de 31 de dezembro, surge como um marco cronológico assinalável no processo evolutivo da orgânica administrativa da Universidade, dando resposta à indispensável reorganização administrativa que se evidenciava na necessidade de reestruturação interna. Por um lado, a complexificação das funções de natureza académica e o volume de trabalho delas decorrentes permitem a esta área organizar-se com autonomia e independência suficiente, nascendo assim a Direção de Serviços Académicos. Por outro, a dimensão alcançada pelos serviços de pessoal e de administração financeira e patrimonial permite-lhes adquirir competências para gerir os respetivos recursos. A Tesouraria, adstrita aos Serviços de Administração Financeira e Patrimonial, ocupou um lugar equivalente ao que ainda hoje lhe é atribuído. O Gabinete Técnico, com competências nos domínios da coordenação e fiscalização de obras de construção e remodelação de instalações universitárias, passa a constituir uma secção orgânica da Secretaria. O Secretário cede agora lugar ao Administrador, que se torna responsável pela articulação dos serviços que compõem a Secretaria-Geral.

Em 1988, assiste-se à promulgação do Decreto-Lei n.º 148/88, de 27 de abril. É publicada a Lei da autonomia universitária que permite que as respetivas unidades orgânicas possam gozar de autonomia científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e financeira, de acordo com o estipulado nos respetivos Estatutos. Pelo Despacho Normativo n.º 79/89, de 28 de julho, são então, homologados os Estatutos da UC. Inverte-se, assim, a tendência iniciada mais de trinta anos antes que culminou com a centralização dos serviços administrativos e académicos.

Nos anos noventa, os Serviços Centrais da UC são mais uma vez reestruturados, cabendo ao Administrador a área dos serviços de gestão financeira e patrimonial e ao Secretário-Geral

a área dos serviços académicos, sendo ainda criado um serviço de pessoal na direta dependência da Administração. Em 1992, são criadas novas Divisões (Pessoal, Gestão Financeira e Patrimonial, Alunos), novos Gabinetes (Análise Financeira, Estudos e Estatística, Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes Deficientes) e diversas Secções. Esta estrutura irá manter-se estável por mais de dez anos, sofrendo apenas pequenas mudanças orgánicas e funcionais, até à aprovação e publicação do *Regulamento dos Serviços Centrais da Universidade de Coimbra* - Despacho nº 15 949/2003, de 16 de agosto.

A estrutura representada no organograma de 2003 foi significativamente alterada, com a publicação, em 2009, do Regulamento da Administração⁶¹, invertendo-se a tendência descentralizadora dos serviços administrativos, académicos, de gestão financeira e patrimonial da UC. No ano seguinte, foi implantada esta nova estrutura, com a criação do Centro de Serviços Comuns (CSC), do Centro de Serviços Especializados (CSE) e do Gabinete Técnico de Apoio. O CSC exerce as suas atribuições no âmbito da prestação de serviços de suporte às unidades da UC (gestão académica, financeira, patrimonial, de recursos humanos, da segurança, ambiente e segurança e saúde no trabalho, promoção da investigação, gestão de projetos), e o CSE no âmbito dos estudos, elaboração de propostas de intervenção transversais à Universidade e seu planeamento, monitorização e avaliação da sua execução. Com pequenos ajustamentos, é esta a estrutura em evolução contínua, no sentido de a relação entre a administração e os serviços a que dá suporte ser cada vez mais harmoniosa.

61 Regulamento n.º 423/2009, de 27 de outubro; Regulamento n.º 794/2010, de 20 de outubro; Regulamento n.º 4/2011, de 5 de janeiro.

Organogramas representativos da evolução diacrónica da estrutura orgânica

Neste estudo, a estrutura orgânica representada nos diversos organogramas elaborados é o resultado da análise organizacional referida na regulamentação existente, podendo nalguns casos não traduzir com exatidão a realidade passada, uma vez que, na prática, nem sempre era aplicado o que a Lei determina(va); nos casos em que sabemos que determinados elementos da estrutura orgânica previstos na Lei não chegaram a ter existência real, assinalámos esse facto por retângulos a tracejado.

Os organogramas que se seguem correspondem, cada um deles, a momentos em que se verificaram alterações orgânico-funcionais significativas, por via legislativa. Elegemos a representação da evolução diacrónica da estrutura orgânica para os anos 1930 a 2012, recorrendo à ferramenta informática Visio da *Microsoft*.

Figura 2 - Organograma da Administração da UC – 1930

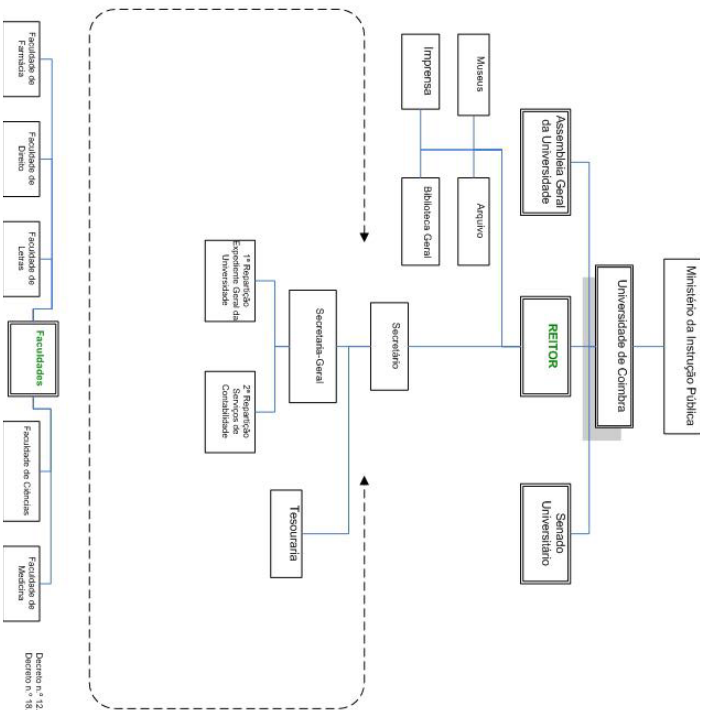
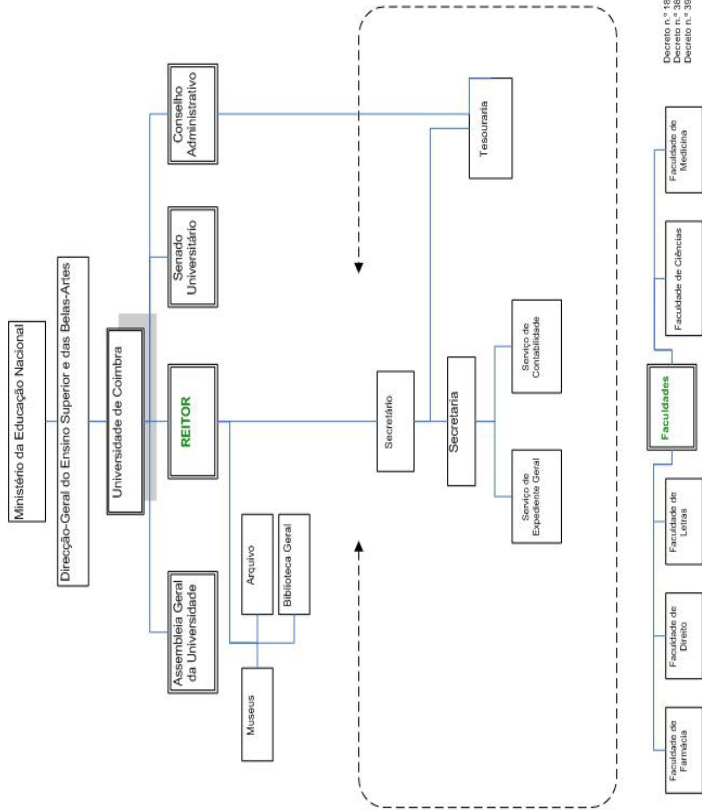


Figura 3 - Organograma da Administração da UC – 1952



Decreto n.º 18.717, de 27 de Julho de 1952;
Decreto n.º 38.652, de 21 de Março de 1952;
Decreto n.º 39.001, de 20 de Novembro de 1952.

Figura 4 - Organograma da Administração da UC - 1979

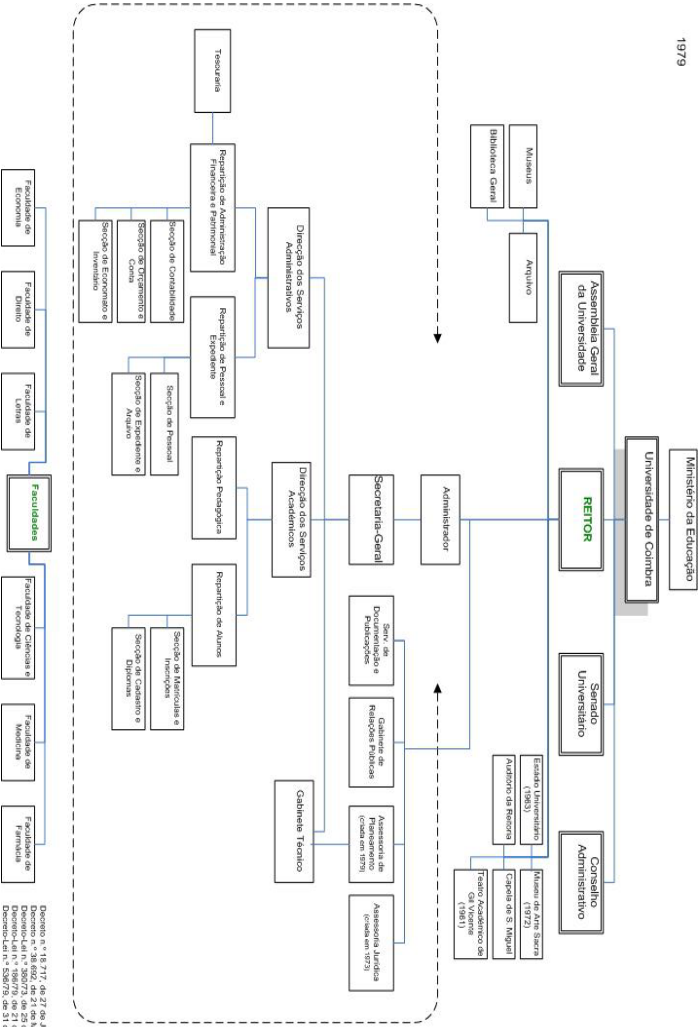


Figura 5 - Organograma da Administração da UC – 1993

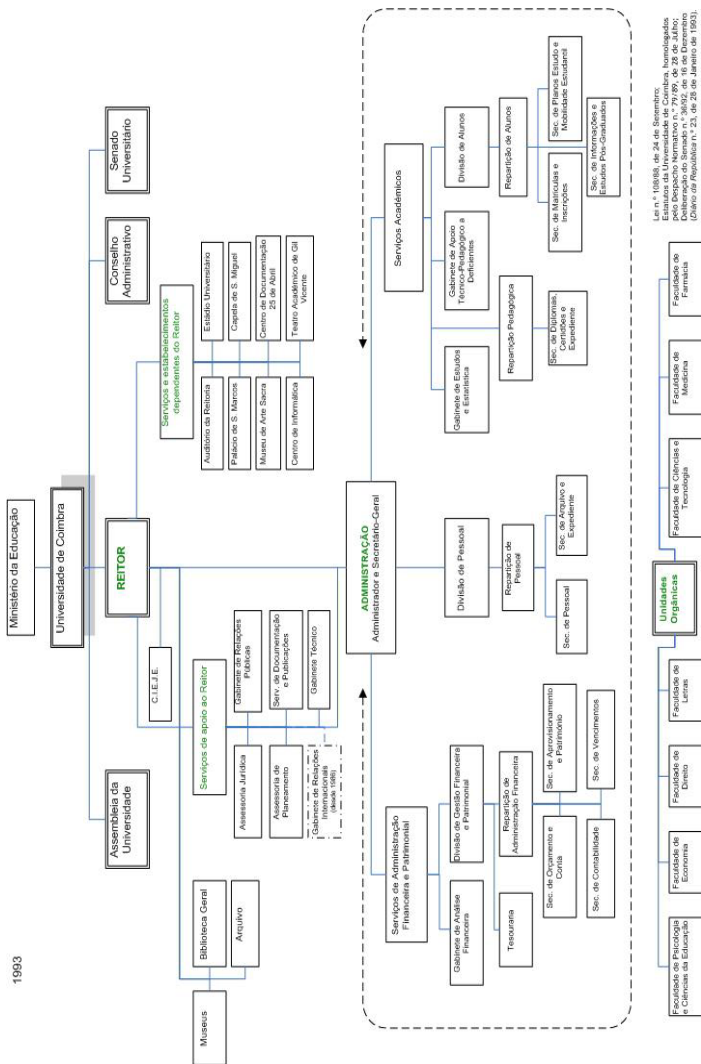
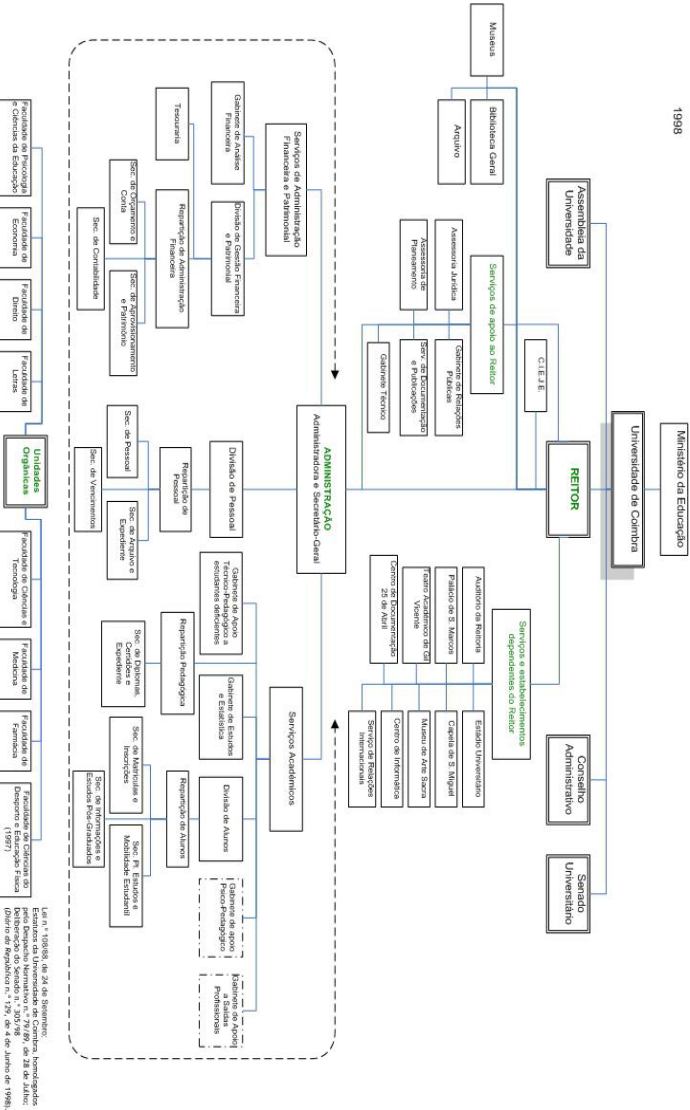


Figura 6 - Organograma da Administração da UC – 1998



A base essencial em que assentou o estudo orgânico e funcional da Administração da UC consistiu no levantamento e análise da legislação/regulamentação promulgada para modelar a estrutura orgânica e definir as funções e as competências dos diferentes órgãos/serviços. Seguidamente foi concretizada a representação da estrutura orgânica identificada através de organogramas.

O enquadramento legislativo, como se disse anteriormente, permitiu definir a matriz organizacional, contudo, como sabemos, na prática nem sempre se aplicam todas as determinações legais, pelo que o estudo do contexto de produção da informação e o estudo da informação efetivamente produzida pela organização constituem etapas fundamentais de qualquer projeto de investigação arquivística.

Portanto, neste contexto a análise orgânica e funcional é crucial, um requisito indispensável para se chegar a um conhecimento rigoroso da estrutura do sistema e das funções/competências dos vários sectores que o compõem, uma vez que só assim é possível caracterizar, com o maior rigor possível, o contexto de produção da realidade informacional. Contudo, “a ação é, em última análise o que estrutura a própria informação”, pelo que “o estudo orgânico-funcional é uma etapa indispensável, mas não suficiente, em qualquer projeto de investigação arquivística” (RIBEIRO; FERNANDES, 2001, p. 47). A estrutura orgânica (e respetiva funcionalidade) do objeto deste estudo pode ser conhecida a partir do trabalho agora concretizado, não esquecendo a necessidade de se sujeitar a análise e observação efetuadas a um confronto com a realidade, e com a informação em si mesma, estruturada pela ação humana e social.

Com efeito, o modelo de análise seguido é passível de aplicação a casos similares, ajustável a realidades distintas e a prossecução do estudo orgânico e funcional da Administração da UC apresenta-se como um campo de trabalho aberto a

futuras investigações. O projeto encetado demonstra ainda a necessidade de abrir outras frentes de trabalho, por exemplo nos arquivos da Reitoria, das Faculdades e demais unidades orgânicas, de outras unidades e serviços, no caminho para a realização de um estudo orgânico e funcional da Universidade no seu todo.

Referências

ARAÚJO, C. A. A.. Ciência da informação como campo integrador para as áreas da biblioteconomia, arquivologia e museologia. **Informação Londrina**, v.15, n.1, p.173-189, 2010.

ARÉVALO JORDÁN, V. H.. La Archivología y la teoria de sistemas. **Cuadernos: Archivologia**, v.1, n.1, p.1-10, 1987.

BAUTIER, R.-H.. La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVIIe - début du XIXe siècle). **Archivum**, v.18, p.139-150, 1968.

BERTALANFFY, L. V.. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERTALANFFY, L. V.. **Perspectiva en la teoría general de los sistemas**. Madrid: Alianza, 1979.

CASTELLS, M.. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002-2003. V.3.

COLLECÇÃO oficial de legislação portuguesa. Lisboa: na Imprensa Nacional, 1843-1972.

COOK, T.. Documentation strategy. **Archivaria**, v.34, p.181-191, 1992.

DE BRUYNE, P. *et al.* **Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique**. Paris: P.U.F, 1974.

DUCHEIN, M.. Le Principe de provenance et la pratique du tri, du classement et de la description en archivistique contemporaine. **Janus**: revue archivistique, v. 1, p. 87-100, 1998.

DURANTI, L.; EASTWOOD, T.. Protecting electronic evidence: a progress report on a research study and its methodology. **Archivi & Computer**, v. 3, p. 213-250, 1995.

DURANTI, L.; McNEIL, H.. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. **Archivaria**, v. 42, p.46-67, 1996.

EASTWOOD, T.. *The archival fonds*: from theory to practice. [Canada]: Bureau of Canadian Archivists. 1992.

FERNANDES, D. T.. **Pedra a pedra**: estudo sistémico de um arquivo empresarial. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2004.

FUSTER RUIZ, F.. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de Documentación**, v.2, p.103-120, 1999. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2631>>. Acesso em: 09 Jun. 2013.

GOMES, L. I. E.. **A estrutura orgânica e funcional da Administração da Universidade de Coimbra e a sua projecção no respectivo arquivo** (Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação - Arquivística, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/12280>>.

HEDSTROM, M; KING, J. L.. **On the LAM:** Library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/innovation-education/32126054.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

JARDIM, J. M.. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.** Niterói, RJ: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

MELLA, P.. **Dai sistemi al pensiero sistemico:** per capire i sistemi e pensare con i sistemi. Milano: FrancoAngeli, 1997.

MOLINA CAMPOS, E.. **Teoría de la biblioteconomía.** Granada: Universidad de Granada, 1995.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.. Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven. Groningen: Erven B. van der Kamp, 1898. [Tradução brasileira: WANDERLEY, M. A. **Manual de arranjo e descrição de arquivos.** 2.ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973].

OTLET, P.. **El tratado de documentación:** el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. María Dolores Ayuso García. 2.ed. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 1996.

PINKETT, H. T.. American archival theory: the state of the art. **The American Archivist**, v.44, n.3, p.217-222, Summer 1981.

PINTO, M. M. G. A.. Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais: uma abordagem sistêmica. **Páginas A & B**, v.12, 2003. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1115&sum=sim>>. Acesso em: 01 maio 2012.

RIBEIRO, F.. Archival Science and changes in the paradigm. **Archival Science: international journal on recorded information**, v.1, n.3, p.295-310, 2001.

RIBEIRO, F.. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património**, I série, 1, 97-110, 2002a. Disponível em: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8459/2/artigo3511.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

RIBEIRO, F.. **O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo**. 2002b. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1241.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2012.

RIBEIRO, F.; FERNANDES, M. E. M.. **Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo**. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2001.

ROUSSEAU, J.-Y ; COUTURE, C.. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.

SHELLENBERG, T. R. **Archivos modernos: principios y técnicas**. La Habana: Instituto Panamericano de Geografía e Histori, 1958.

SILVA, A. M. da. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, p.573-607. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SILVA, A. M. da. **A informação:** da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento e CETAC.COM, 2006.

SILVA, A. M. da. O método quadripolar e a pesquisa em literacia informacional. In: SANTOS, E. C. dos; SOUSA, F. F. de (Orgs.). **Seminários de saberes arquivísticos:** reflexões e diálogos para a formação do arquivista. Curitiba: Appris. 2013. p.23-46.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação:** ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística:** teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999.